



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

1 RESUMO EXECUTIVO DA ATA

2

3 106ª Reunião Ordinária da CT-PLAGRHI

4

5 COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA 6 DO RIO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ - CBH-SMT

7

8 **Data do evento:** 09/02/2023

9 **Horário:** 09h00

10 **Local:** Por videoconferência

11

12 **Pauta:**

13

- 14 1. Apreciação da Ata da Reunião Extraordinária da CT-PLAGRHI, realizada em 10/01/2023;
- 15 2. Discussão sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Loteamento Nova Porto Feliz” localizado
- 16 no município de Porto Feliz, sob responsabilidade da empresa CONSTAL Tecnologia Ambiental
- 17 Ltda;
- 18 3. Análise das inscrições de empreendimentos que concorrem ao financiamento FEHIDRO 2023;
- 19 4. Informes.

20

21 Ao nono dia do mês de janeiro de 2023, por meio de videoconferência, foi realizada a 106ª
22 Reunião Ordinária da CT-PLAGRHI, registrando-se a participação de 29 (vinte e nove) pessoas,
23 entre representantes da municípios, Estado, das organizações civis, dos usuários de recursos
24 hídricos conforme “Relação dos Membros dos Plenários - Presentes” apresentada a abaixo e do
25 público em geral, registrados por meio de manifestação de presença realizada no chat da
26 plataforma de videoconferência utilizada. **Abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram
27 enviadas aos membros do CBH-SMT, por meio de mensagem eletrônica. A abertura da reunião
28 foi realizada pelo Sr. André Cordeiro Alves dos Santos, Vice-Presidente do CBH-SMT e
29 representante da UFSCar Sorocaba, que cumprimentou a todos e deu início à reunião. **1.**
30 **Apreciação da Ata da Reunião Extraordinária da CT-PLAGRHI, realizada em 10/01/2023.**
31 Foi colocado em aprovação o teor da Ata, e sem discordâncias, foi aprovada por unanimidade. **2.**
32 **Discussão sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Loteamento Nova Porto Feliz”**
33 **localizado no município de Porto Feliz, sob responsabilidade da empresa CONSTAL**
34 **Tecnologia Ambiental Ltda.** O Sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) fez uma
35 introdução contextualizando que o Comitê de Bacia deverá elaborar um parecer sobre qualquer
36 atividade ou obra que possa impactar os recursos hídricos dentro da bacia. Informou que na
37 reunião anterior foi feita uma discussão inicial para que os membros se inteirassem do assunto.
38 Ressaltou que as dúvidas residem principalmente na questão de saneamento, nas quatro vertentes,
39 o abastecimento público, pois a proposta do loteamento é fazer abastecimento por poços, e a
40 região possui problema de volume de água em poços. Questionou se a empresa tem uma
41 alternativa em função de abastecimento, e como que vai dar essa ocupação do loteamento em
42 relação à disponibilidade de água. Com relação ao tratamento de esgoto, destacou que Porto Feliz
43 tem estações de tratamento. Mencionou também a questão da drenagem urbana, que é um
44 problema também cada vez mais frequente. Indagou se o projeto prevê algum tipo de obra para
45 reduzir o volume e a força da água no período de chuva. E a coleta e destino dos resíduos sólidos,
46 que é uma responsabilidade da prefeitura, mas gostaria de ouvir da empresa como que isso será
47 feito. Sr. André passou a palavra para ao representante da empresa CONSTAL para a
48 apresentação do EIA/RIMA. Sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) iniciou
49 dando um contexto de localização do empreendimento, que ele está bem próximo da região central
50 do município, tendo como uma barreira física entre eles o Rio Tietê. Mostrou as áreas de
51 influência. Citou que se trata de um empreendimento misto, comercial e residencial, ele vai ter

52 uma área de lotes de cerca de 414 mil metros quadrados, algo em torno de 1.300 lotes. Salientou
53 que, conforme a determinação da prefeitura, o que condiz com o plano diretor, haverá a
54 implantação de uma nova ponte, que vai interligar o empreendimento à região central do
55 município. Informou também que, foram obtidas todas as certidões de conformidades e
56 viabilidade na Prefeitura, e na Secretaria de Meio Ambiente. A Prefeitura também emitiu
57 pareceres informando que há um déficit de moradia na cidade, e que ela entende que aquela região
58 será de avanço da mancha urbana. O SAAE emitiu e já renovou diretrizes declarando a viabilidade
59 de abastecimento e esgotamento sanitário. Já possuem também viabilidade de energia e uma
60 declaração da Prefeitura atestando que tem capacidade para realizar a coleta de resíduo sólidos
61 no futuro empreendimento. Esclareceu que, o recorte da diretriz do SAAE, que determina para
62 abastecimento do empreendimento vão ser necessários cinco poços dentro da área. E o SAAE
63 também indica que o destino dos efluentes vai ser a ETE Chico. Esclareceu que houve uma
64 mudança recente do plano diretor, porém essa mudança não afetou o zoneamento da área,
65 continua o mesmo zoneamento pelo plano diretor anterior, que é zona de expansão urbana, zona
66 residencial 2, e tem uma ZCA, zona de conservação ambiental, estabelecida basicamente para
67 APP do Rio Tietê. Citou que o plano diretor estabeleceu algumas áreas de transposição de
68 barreiras necessárias para o desenvolvimento do município. No caso é quase exatamente onde
69 está projetada a ponte para interligar o empreendimento, o plano diretor aponta um desses locais
70 para transportar o Rio Tietê em direção à zona de expansão urbana determinada, que inclui a área
71 de empreendimento. Mostrou um recorte da localização das Áreas de Influência (AI) em relação
72 às Áreas de Proteção Ambiental (APA) do município, a APA do Avecuia e a APA do Engenho
73 D'água, então o empreendimento está relativamente distante dos limites dessas duas áreas.
74 Ressaltou que, da mesma forma o empreendimento não está inserido em áreas de proteção
75 estaduais ou federais. Com relação à hidrografia, houve uma aferição da hidrografia apresentada
76 inicialmente na carta do EGC com a inclusão de algumas drenagens que foram observadas em
77 campo e que não constavam na carta, e com o ajuste de outras drenagens que apareciam na carta
78 em uma determinada posição e foram aferidas em relação ao que foi observado e constatado em
79 campo. No projeto foram mantidos todos os cursos d'água, foi verificado que há corpos hídricos
80 que estão absolutamente secos ao longo de mais de um ano, mesmo assim foram considerados
81 como corpos hídricos naturais, pois a intenção é restaurá-los com o plantio de vegetação no seu
82 entorno. Mostrou a imagem da cota de inundação do Rio Tietê que foi calculada, do qual houve
83 um pedido para calcular a cota de inundação dos demais cursos d'água muito pequenos que
84 possuem nascente na área do empreendimento. Então, a princípio por esta razão não foi feito o
85 cálculo da cota de inundação dos cursos d'água que nascem dentro da propriedade, e sim apenas
86 do Rio Tietê. E a determinação da cota da mancha indica que projeto urbanístico fica fora dessa
87 mancha. Explicou sobre o mapa que mostra que Porto Feliz está situado numa área considerada
88 de baixa suscetibilidade à erosão. Também mostrou o mapa de declividade da área, que mais ou
89 menos corrobora aquela imagem mais regional. Mostrou a imagem da situação da vegetação nas
90 áreas de influência do empreendimento, são fragmentos florestais em estágio inicial a médio em
91 alguns trechos, mas a rigor são fragmentos degradados e isolados entre si ou com uma conexão
92 fragilizada. Apresentou o detalhe dos fragmentos dentro da área do loteamento, onde 100% da
93 vegetação praticamente existente será preservada, com exceção dos pequenos trechos onde não
94 foi possível não fazer a supressão para implantação do sistema viário, com um trecho para
95 implantação da ponte e tem um outro trecho pequeno para interligar uma porção a diferentes
96 porções da gleba. O levantamento de fauna demonstrou a existência de uma fauna bem
97 generalista, típica de áreas degradadas, com exceção de algumas espécies de mastofauna que
98 transitam pela área de preservação do Rio Tietê. Ressaltou que no projeto urbanístico trouxe as
99 nascentes para cima, a ideia é tentar restaurar isso e devolver a drenagem natural para esses
100 trechos. A escolha do local da travessia nesse trecho, foi pensando em intervir o mínimo possível
101 nas áreas de preservação permanente que foram consideradas. Com relação à fauna, estão
102 previstas as passagens de fauna nas duas barreiras que vão precisar ser implantadas para viabilizar

103 o acesso ao empreendimento, tanto na APP do Rio Tietê na chegada da ponte, como naquela
104 travessia para manter a ligação desse futuro maciço de vegetação que vai ter aqui com a
105 restauração com APP do Rio Tietê. As outras APPs internas não vão ter barreiras e vão estar
106 conectadas com a APP do Tietê. Lembrou que toda APP vai ser restaurada, vai ter um projeto de
107 restauração florestal de toda APP, tanto do Rio Tietê, como dos córregos internos. Salientou que,
108 naturalmente essa restauração impacta positivamente na infiltração, na drenagem, no escoamento.
109 Concluiu que, o estudo caminha para o sentido de que os impactos do empreendimento
110 naturalmente seriam já reduzidos, não são impactos de grande importância, e que com adoção de
111 todas as medidas propostas esses impactos podem ser gerenciados. Mencionou também que, além
112 dos projetos todos de parcelamento e infraestrutura, pensados em diminuir os impactos, visando
113 compensar ou mitigar impactos, existem também projetos específicos de controle dos potenciais
114 impactos ambientais, sobretudo para as fases de planejamento e implantação do empreendimento.
115 Existe um programa completo de controle de monitoramento de processo erosivo, visando evitar
116 o assoreamento dos recursos hídricos da área e o programa relacionado especificamente ao
117 controle da fauna. Passando a palavra para o Sr. Marcos Vinícius de Souza Damy (Constal S/A)
118 para explicação das soluções do saneamento. Iniciou informando que basicamente foram seguidas
119 as diretrizes do SAAE, seguindo a linha da captação subterrânea, que foi feita a avaliação
120 hidrogeológica preliminar, que indicou a partir de 350 metros de profundidade encontraria as
121 vazões que o SAAE determinou. O consumo diário do empreendimento será em torno de 1400
122 m³ por dia, e no entendimento os cinco postos, com a vazão de 30 m³ por hora, que é bem superior
123 ao que o empreendimento precisaria. Na parte de esgoto sanitário são duas estações elevatórias,
124 com a movimentação de terra, e conseguiu deixar fixo em duas estações. Com relação à drenagem,
125 informou que foi previsto a menor intervenção possível nas APPs. Então, conseguiu-se fazer seis
126 dissipadores do projeto todo, mas não foi previsto nenhum tipo de retenção de água. Sr. André
127 Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) agradeceu aos representantes da empresa Constal S/A,
128 abrindo a palavra para questionamentos. Sr. Gerson Salviano de Almeida Filho (IPT) perguntou
129 o que estão fazendo para reter o transporte do sedimento no empreendimento na parte de
130 movimentação de terra. Sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) esclareceu que,
131 um dos programas de mitigação previstos, é um dos trechos do programa de controle ambiental
132 das obras de implantação. Destacou que, o projeto de terraplanagem chegou num balanço quase
133 que de neutralidade, então não vai ser necessário nem empréstimo, nem bota fora de material. O
134 material vai ser equalizado internamente, o que facilita nesse sentido. Mas houve uma proposta
135 de programa de controle de obras que envolvem realizar as movimentações de terra em períodos
136 de baixa precipitação. A área já tem um sistema de leiras de terraceamento, curvas de nível
137 implantadas na propriedade inteira, que são eficientes nesse sentido. Citou que, existe uma
138 proposta também no plano de controle ambiental de obras de manter essas leiras implantadas até
139 o final das obras, porque o projeto de terraplanagem está basicamente concentrado no sistema
140 viário, como a área não tem declividades acentuadas naturalmente, o projeto de terraplanagem
141 não precisou contemplar a movimentação de terra nas quadras. Está previsto também o controle
142 da disposição dos materiais escavados durante a obra, onde terão locais pré-determinados para
143 manter o solo em trânsito durante a obra de terraplanagem, além das leiras já existentes também
144 será feito uma proteção específica desses locais de depósito temporário de material. Foi
145 compartilhada uma imagem, mostrando as curvas de nível, bem implantadas, onde estão na área
146 há muito tempo e desde sempre com essa estrutura preservada, a proposta é que isso seja mantido
147 até mais longe possível da fase de implantação. A sra. Ana Carolina Dias de Moraes (Prefeitura
148 de Porto Feliz) mencionou que, na APP do Rio Tietê existe um tanque escavado, que é o
149 bebedouro de animais, e o levantamento de fauna mostrou a presença abundante de fauna no local.
150 E indagou se o projeto de restauração está pretendendo manter essa área encharcada. E a APP do
151 outro lado da margem do Rio Tietê não está incluída no projeto também como uma área de
152 intervenção, porque a ponte vai atravessar o rio. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e
153 Infraestrutura) esclareceu com relação ao projeto de restauração florestal e de implantação das

154 áreas verdes e sistemas de lazer, não houve ainda um detalhamento. Em geral, esse é um projeto
155 que é apresentado na etapa seguinte de licença de instalação, mas aquela área tem o tanque
156 escavado, inclusive vai ser mantido dois dos lançamentos de drenagem, eles chegam praticamente
157 nesse tanque. Adiantou que, o projeto de restauração das áreas verdes e sistema de lazer vai prever
158 a manutenção dessa área como ela está, não vai haver nenhum tipo de intervenção ou de
159 movimentação de terra nesse trecho. O que será avaliado é se essa área tem potencial para receber
160 uma revegetação específica de áreas que encharcam periodicamente, existem espécies arbóreas
161 que toleram esse tipo de encharcamento, isso será determinado no projeto se haverá revegetação
162 ou se ela vai ser mantida apenas com essas condições atuais de permeabilidade e a estrutura de
163 absorção de cheia mesmo quando for preciso. Com relação ao outro lado, no qual a intervenção
164 em APP para implantação da ponte foi calculada, foi determinado que vai ser licenciada durante
165 a etapa de licença de instalação, e naturalmente vai ser objeto de uma compensação ambiental,
166 calculada e definida nesse segundo momento do licenciamento. Com relação à obra ou a atividade
167 de revegetação ou restauração naquele lado especificamente não há nenhuma previsão de fazer
168 isso, até porque são áreas que não são do proprietário, são áreas que não vão ter uma intervenção
169 direta. A área que vai ter uma intervenção direta é a área que efetivamente vai receber a ampliação
170 do sistema viário, ou seja, ela vai acabar sendo totalmente ocupada pela obra do viário e da
171 terraplanagem prevista, nas estruturas de contenção do viário que foram projetadas. A sra. Ana
172 Carolina Dias de Moraes (Prefeitura de Porto Feliz) destacou que, mesmo estando fora da
173 propriedade, que a seu ver teria que estar previsto no EIA/RIMA todas essas intervenções que
174 vão acontecer ali. E com relação à área de inundação, indagou se a APP não deveria ser demarcada
175 após essa área, pois a APP está sendo marcada a partir do leito regular do Rio Tietê, porém, quem
176 transita por ali consegue ver que todo mês de janeiro e fevereiro, aquela área ela fica bastante
177 inundada. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) reforçou que, a área de
178 intervenção em APP para implantação do acesso está prevista no estudo. A intervenção em APP
179 ela vai precisar ser licenciada na etapa seguinte essa discussão ela vai ocorrer com amior
180 detalhamento na etapa seguinte da licença de instalação. Citou que já está inclusive no EIA, a
181 intervenção direta da área do viário, da terraplanagem, e drenagem associadas e será licenciada
182 e compensada. Salientou que, nesse segundo momento do licenciamento de instalação realmente
183 não vê uma forma de ter que expandir isso, mas que essa discussão vai existir naturalmente na
184 CETESB no momento do licenciamento de instalação. Com relação à faixa de APP do outro lado,
185 ela está considerada como 150 metros, e o que a legislação determina nesse caso é o
186 estabelecimento dessas faixas a partir da calha do rio. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos
187 (UFSCar) indagou que, uma das questões que foi discutida na última reunião é justamente a área
188 de amortecimento da cheia do Rio Tietê, e como foi calculada a área de inundação. O sr. Bruno
189 Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) esclareceu que, foi feito um estudo hidrológico, e
190 uma batimetria de algumas seções do Rio Tietê ali naquele trecho. E a partir de um estudo
191 hidrológico e de dimensionamento hidráulico com base nessa batimetria, obteve-se a cota de
192 cheia, expresso no EIA. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) destacou que na última
193 reunião, foi pontuado que a área de inundação está muito próxima do aproveitamento de lotes,
194 principalmente no setor sudeste, próximo da ponte. Aquela região, aparentemente mais baixa, a
195 área de inundação, está encostando nos primeiros lotes na gleba embaixo. E a discussão é se a
196 área de APP não deveria ser marcada a partir da mancha de inundação, e não da calha do Tietê,
197 pois a região este ano está no período de chuva mais próximos da média histórica e tem problemas
198 de alagamento. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) esclareceu que com
199 relação à projeção da faixa de APP, o que convencionalmente vê ocorrer não é projetar APP a
200 partir da cota de inundação determinada partir de um estudo para uma cota milenar para 500 anos,
201 e sim para o leito regular, que isso é o convencional adotado nos licenciamentos. Com relação à
202 proximidade nos lotes, a ideia do projeto foi ter o projeto urbanístico fora da área de inundação.
203 Lembrando que essa cota de inundação leva em consideração esse tempo de retorno conservador,
204 com eventos esporádicos, mas que é importante prevê-los e evitá-los, que por isso o projeto

205 urbanístico foi pensado para ficar fora da cota de inundação. O sr. André Cordeiro Alves dos
206 Santos (UFSCar) salientou que, segundo a imagem da cota de inundação na apresentação, na
207 página 38, os últimos lotes de uma gleba caem praticamente dentro da área de inundação. O sr.
208 Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) argumentou que estão próximos, no limite
209 da cota de inundação. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) destacou que, por se tratar
210 do Rio Tietê as enchentes são muito comuns. E caso chova além do esperado poderá ocorrer a
211 inundação de lotes ocupados. Mencionou que o ideal era que se recuasse um pouco em relação à
212 mancha de inundação, para até ter uma área de amortecimento de cheia, e reduzir a possibilidade
213 de ter um problema no futuro. Disse que isso envolve mudança no projeto, mas é uma medida
214 que provavelmente vai ser pedido para que o empreendedor faça, reduza a ocupação nessa área
215 para poder ter uma área de amortecimento na cheia. Lembrou também que a posição da ponte ela
216 varia no EIA/RIMA, tem figuras no EIA/RIMA que a ponte está do lado de cima, mais ao norte
217 do empreendimento, e agora foi mostrada a ponte na parte mais ao sul. Perguntou quem vai
218 construir a ponte, se é o empreendedor ou o município. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente
219 e Infraestrutura) esclareceu que é do empreendedor o custeio, que a ponte é embaixo mesmo, que
220 talvez essas imagens do EIA que mostram a ponte lá em cima, pode ser que sejam as imagens do
221 plano diretor, pois há previsão de implantar uma outra ponte em cima. O sr. André Cordeiro Alves
222 dos Santos (UFSCar) perguntou se foi feita alguma análise de impacto de vizinhança em função
223 de onde vai passar essa ponte, o impacto do outro lado do rio. Sr. Bruno Talon (Senna Meio
224 Ambiente e Infraestrutura) informou que foi feito um relatório de tráfego específico para
225 justamente entender os impactos do empreendimento no tráfego da região, e esse estudo de tráfego
226 indicou algumas medidas que vão precisar ser adotadas, as simulações de tráfego mostraram que
227 os impactos não vão ser muito significativos. O estudo indicou algumas demandas de ajuste no
228 viário, mas não em relação à estrutura, mas sim em relação à inversão de sentidos, sinalização,
229 proibição de estacionamento em alguns lugares, as recomendações são indicadas no estudo como
230 necessárias para mitigar esses impactos. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar)
231 indagou por qual razão a decisão de fazer a ponte na parte de baixo. O sr. Bruno Talon (Senna
232 Meio Ambiente e Infraestrutura) esclareceu que, inicialmente porque é uma diretriz viária, como
233 foi mostrado na apresentação, aquele ponto é um ponto determinado pela própria Prefeitura no
234 plano diretor em vários mapas, inclusive naquele mapa de propostas prioritárias do plano diretor
235 existe uma ponte naquele local. Sr. Michel Zangeronimo (Constal S/A) informou que a questão
236 da ponte foi exigência da Prefeitura, que as duas outras pontes não estão projetadas em áreas do
237 empreendimento, então não teria como trabalhar. Destacou que em relação a cota de cheia, essa
238 área projetada, está numa cota maior do que a área atual da Velha Porto Feliz. Então se considerar
239 uma enchente onde os lotes do empreendimento fossem afetados, o outro lado da margem do rio,
240 basicamente até uns 300 metros de distância do rio, seria tudo inundado, coisa que hoje nunca
241 aconteceu. A diferença de cota entre um lado da margem e à outra é importante, não sabe se consta
242 isso no EIA/RIMA, mas que é importante deixar isso bem transparente, a questão do desnível que
243 existe entre uma margem e outra. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) mencionou
244 que tem experimentado na região um volume de chuva acima da média histórica num período
245 curto, desta forma, deve-se pensar em não só que já aconteceu, mas o que pode acontecer no
246 futuro. O sr. Michel Zangeronimo (Constal S/A) destacou que a ponte foi projetada num ponto
247 economicamente não viável para empreendedor, aumentou-se sua altura, encarecendo mais a
248 obra, por isso que a ponte às vezes ela estaria numa posição e foi migrada para outra, em função
249 principalmente das enchentes. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) perguntou se os
250 postos já foram abertos, se já foi feito teste para saber quanto de água está disponível. Porque
251 nessa região, como outras regiões próximas, tem uma incerteza muito grande sobre o volume de
252 água que os postos produzem. O sr. Michel Zangeronimo (Constal S/A) informou em relação à
253 perfuração de poço, a propriedade hoje é de um poço, não é uma profundidade adequada e não
254 está também nos padrões exigidos pelo SAAE, mas pelo poço existente já se sabe que é possível,
255 se chegar na profundidade e na localização determinada dos estudos, e que atingiu a vazão

256 necessária para o empreendimento. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) mencionou
257 que é interessante fazer em fase, mas que também é interessante também fazer em fase em relação
258 à água disponível, pois o empreendimento ocasionará um aumento de quase 10% na população,
259 que é um acréscimo significativo na demanda por água na região. Perguntou também ao
260 representante do SAAE se o volume é compatível com o que veem na região. O sr. Gustavo
261 Interlick Mancio de Camargo (SAAE) esclareceu que essa quantidade de poços que colocamos
262 no alvará de diretriz, desde que atendidas as vazões mínimas solicitadas, é capaz de atender o
263 empreendimento como um todo satisfatoriamente. Porém, a água de origem subterrânea às vezes
264 é uma incógnita, conforme o estudo hidrológico para determinar pontos com potencial capacidade
265 de fornecer boas vazões, porém a certeza dessas vazões só vai ocorrer quando ocorrer a
266 perfuração. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) perguntou em relação ao tratamento
267 de esgoto, quanto a mais que a estação Chico suporta de acréscimo. O sr. Gustavo Interlick
268 Mancio de Camargo (SAAE) esclareceu que estão realizando algumas obras, fazendo algumas
269 reformas e manutenção na estação Chico, mas ela tem a capacidade de absorver esse impacto na
270 geração de esgoto, informou que a questão do esgoto não é tão preocupante quanto ao abastecimento
271 de água. Destacou também que o Plano Municipal de Saneamento elaborado em 2018, num
272 horizonte de 20 anos prevê um crescimento populacional, porém o Plano vai demandar uma
273 revisão, pois o crescimento exponencial de população no município, o desenvolvimento que está
274 sendo gerado tem causado um aumento populacional além do previsto neste documento. Esse
275 crescimento, hoje consegue ser suprido pelo SAAE, desde que atendidas as diretrizes fornecidas
276 aos empreendedores. Esclareceu que hoje têm em andamento no município três frentes para
277 aumentar a capacidade de abastecimento de água, uma delas é perfuração de poços tubulares
278 profundos. Considerando a crise enfrentada nos últimos anos tem substituído o Ribeirão Avecuia.
279 E que, em paralelo a isso foi iniciado um projeto ainda básico para dois novos barramentos, um é
280 na APA do Engenho D'Água. Está sendo construída também uma ETA compacta junto ao DAEE
281 para renovação da outorga de captação. Outra frente, é a do barramento do bairro Faxinal, que vai
282 sendo executado pela JHSF, e será operado pelo SAAE também, porém são áreas que estão numa
283 distância relativamente grande aí da área do empreendimento. A viabilidade de levar redes não
284 cabe a SAAE, e sim empreendedores, mas existe possibilidade de trazer água superficial, porém
285 vai gerar uma demanda financeira maior. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar)
286 destacou que se deve pensar nos problemas futuros, pois haverá um acréscimo grande na
287 população, e devemos garantir no mínimo abastecimento público em 100% da população e
288 tratamento de esgoto. Caso haja algum risco desses poços não darem a vazão, é preciso pensar
289 numa alternativa para que essa população seja abastecida. Uma alternativa seria outras fontes de
290 água, o que está um pouco difícil na região, ou vai ter que fazer uma mudança no projeto, porque
291 não vai suportar a quantidade de água demandada. O sr. Michel Zangeronimo (Constal S/A)
292 esclareceu que, essa questão do poço, se não chegar a atender a necessidade que SAAE levantou,
293 já existe um compromisso em fazer a barragem do Engenho D'Água. Informou que o
294 empreendimento vai ser interligado à rede pública. Citou também a questão do projeto Faxinal,
295 está longe do empreendimento, mas é uma rota, até para que se interligue essa barragem do
296 Faxinal até à malha urbana central da cidade, que pode ser utilizado através da área do
297 empreendimento. Desta forma, estrategicamente ela seria bem interessante para ter um
298 reservatório de água, e através do desnível do terreno conseguir abastecer também uma parte da
299 cidade. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) perguntou sobre o número de nascentes
300 no terreno. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) compartilhou a projeção
301 do mapa, e esclareceu que existem nove nascentes. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos
302 (UFSCar) perguntou se as nascentes que estariam nascendo da divisa se vão aumentar a APP para
303 encostar-se à divisa. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) confirmou que
304 sim, que nesses pontos dá até para ver uma passagem bem consolidada, que passam carros.
305 Relatou que há anos essas drenagens estão com o afloramento em cotas muito mais baixas do que
306 está previsto. Que o objetivo é justamente restaurar todo esse trecho, para que pelo menos até o

307 limite da área do empreendedor possa contribuir para essas drenagens. Nesse outro trecho, apesar
308 de não ter água, tem a vegetação, então o projeto respeitou nesse caso o limite da vegetação,
309 também pela proximidade à nascente que está mais à direita do fragmento. Informou também que
310 têm alguns piezômetros instalados, inclusive nesses trechos, e vai ter uma nova leitura desses
311 piezômetros em meados de fevereiro, justamente para entender o impacto disso. O sr. Gustavo
312 Interlick Mancio de Camargo (SAAE) sugeriu para dar segurança no andamento da análise do
313 projeto, que talvez já fosse efetuado um furo no terreno, seja de prospecção de duas polegadas,
314 até os 400 metros, para verificar desde já se existe uma boa prospecção de abastecimento ali na
315 região, pois a região nunca foi explorada. A sra. Solange Guerra Bueno (SEESP) indagou se os
316 moradores do empreendimento irão utilizar algum ponto as margens do rio para área de lazer,
317 pois percebeu que foi mantida toda a mata à margem do Rio Tietê, observou que nada ligado à
318 lazer vai chegar até à margem do rio. O sr. Bruno Talon (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura)
319 esclareceu que, nesse caso específico de APP, falando dos 100 metros da Lei Federal, existe uma
320 restrição para uso dessa área para outros fins, inclusive para fins de lazer e turismo. Esclareceu
321 que as APPs em um empreendimento obrigatoriamente por exigência do órgão licenciador
322 precisam ser restauradas. Porém isso não impede que se solicite ao órgão a autorização para
323 colocar alguns equipamentos de lazer na APP. Existem restrições muito severas do órgão
324 licenciador, são permitidas intervenções muito pequenas, que não afetam a permeabilidade. O sr.
325 Michel Zangeronimo (Constal S/A) mencionou que já existe um poço no local, ele tem mais ou
326 menos 150 m de profundidade, uma vazão em torno de 13 m³/h, podendo ser uma referência para
327 verificar se a região tem água ou não. E independente, a segunda solução é fazer uma barragem.
328 Desta forma, se o SAAE entender que pode colocar isso numa segunda opção para garantir a
329 vazão, a barragem pode ser executada, fazer extensão de rede e levar até a área. O sr. André
330 Cordeiro Alves dos Santos (CBH-SMT) questionou que, na parte sul do terreno existe um córrego
331 que tem um barramento pequeno, se o barramento será mantido ou removido. Sr. Bruno Talon
332 (Senna Meio Ambiente e Infraestrutura) esclareceu que, na verdade é um tanque escavado, que
333 é só um ponto de passagem, que não há previsão de mexer. A sra. Ana Carolina Dias de Moraes
334 (Prefeitura de Porto Feliz) perguntou se a expansão ou reforma da ETE Chico, se é algum tipo de
335 contrapartida do empreendimento, ou se vai ficar a cargo da Administração Pública para atender
336 o novo loteamento. O sr. Gustavo Interlick Mancio de Camargo (SAAE) informou que, hoje a
337 ETE Chico está demandando reformas, mas são reformas estruturais. Um problema que havia
338 acerca da qualidade do tratamento já vai ser aperfeiçoado por meio da execução de obras
339 financiadas por meio de um contrato com o FEHIDRO, para a instalação de um equipamento na
340 entrada da ETE. Essa demanda de contrapartida não é aumentar a capacidade de tratamento ou de
341 vazão da ETE Chico, ela foi projetada justamente para absorver o crescimento do município. O
342 sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) agradeceu pelas sugestões e pela discussão,
343 passando para o próximo ponto de pauta. Informou que, assim que o Parecer estiver pronto, será
344 repassado a todos, inclusive para o empreendedor, para terem uma ideia do que está sendo enviado
345 para a CETESB. Lembrou que o Parecer é feito para a CETESB, o setor de licenciamento da
346 CETESB que incorpora ou não os pedidos e as sugestões. **3. Análise das inscrições de**
347 **empreendimentos que concorrem ao financiamento FEHIDRO 2023.** A sra. Natália Zanetti
348 (FABH SMT) fez um breve contexto sobre os projetos do ano passado, alguns tomadores que
349 tiveram projetos indicados pelo Comitê no ano passado receberam umas notificações no dia 31
350 de janeiro, e ficaram um pouco confusos. Explicou o que aconteceu, que foram indicados 17
351 empreendimentos pelo Comitê, e houve um atraso por parte da CRHI para indicação desses
352 empreendimentos para análise de agente técnico. Então, houve toda uma mudança, não são mais
353 diretamente os órgãos do Estado que estão atuando como agentes técnicos, mas a CRHI contratou
354 um consórcio de empresas que está atuando como terceirizada nesse serviço. Mas justamente
355 porque essa mudança é muito grande, inclusive em termos de uso de sistema, de definição de
356 procedimentos, validação desses pareceres e adequação do SinFEHIDRO, também houve um
357 atraso. Então, eles só estão começando analisar os projetos do ano passado agora. Informou que,

358 há uma previsão por deliberação do COFEHIDRO de assinatura dos contratos do ano passado até
359 o prazo de 31 de março deste ano. Com relação às análises deste ano, mencionou que teve 29
360 protocolos de projetos, seguindo as diretrizes da Deliberação nº 457, com o cronograma, as
361 diretrizes e os critérios de pontuação. Fez uma consideração sobre os valores, tem uma estimativa
362 de disponibilidade de recursos de R\$10.430.000,00 da cobrança, mais R\$800.000,00 da
363 compensação financeira, o que de cerca de 11 milhões disponíveis. O valor total pleiteado este
364 ano foi de R\$28.400.000,00 aproximadamente. Como os projetos do ano passado não foram
365 analisados ainda pelo agente técnico, se houver reprovações poderá acontecer de voltar recurso.
366 E tem-se adotado nos últimos anos a prática de tentar aplicar o mais rápido possível esses recursos
367 em novos projetos. Dada esta contextualização, passou a palavra para a Sra. Luana da empresa
368 EF Engenharia para apresentação dos pareceres da análise da Engenharia, a respeito de todos os
369 empreendimentos protocolados. Mencionou que são 29 (vinte e nove) pareceres e fez sua
370 apresentação. Destacou que, no caso de Cerquilha, que foi contemplado com contrato do
371 FEHIDRO para instalação e implantação do sistema de desagua de lodo da ETE Capuava. De
372 acordo com a deliberação não será financiado objeto que já foi previamente financiado. Pontuou
373 que, minimamente seja apresentada toda a comprovação que o SAAE fez todas as manutenções
374 preventivas necessárias para o equipamento. Existe um laudo técnico do fabricante que diz que
375 não tem mais como dar manutenção, que teria que comprar outra, ou seja do ponto de vista da
376 Agência, conforme análise técnica do empreendimento, constatou que é de duplicidade de
377 financiamento. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar) pontuou que o projeto não está
378 sendo cancelado, que está pedindo que seja mais justificada a necessidade da compra de outra
379 centrífuga, sendo que o Comitê já financiou a centrífuga anteriormente. O sr. Marcio Antonio
380 Martins (EMAE) esclareceu que, em consulta também com o agente técnico do FEHIDRO, que
381 ele confirmou que realmente essas centrífugas a cada dez anos elas precisam ser trocadas, por
382 experiência própria dele. Porém, se há necessidade de documentação técnica, estas serão
383 fornecidas. A sra. Luana (EF Engenharia) deu continuidade na apresentação dos pareceres.
384 Salientou que, Cerquilha tem várias complementações de coisas que não foram apresentadas, e
385 como é um aterro sanitário, então é uma obra de impacto ambiental e estrutural, não é simples.
386 Solicitou que deem muita atenção em tudo que está sendo pedido. Ressaltou que tem menos de
387 um mês para que os tomadores apresentem as complementações. Destacou que é até o dia 3 de
388 março o prazo para apresentar as adequações. A sra. Natália Zanetti (FABH SMT) lembrou que
389 é diretamente no SinFEHIDRO, que tudo que for substituído, exclui a versão anterior para não
390 ter perigo de confundir qual é a mais atualizada que deve ser adotada na análise. A sra. Luana (EF
391 Engenharia) sugeriu o Comitê acessar a pasta com os documentos de tomadores e analisar esses
392 documentos com o parecer, pois aqueles que podem ser mais críticos, o tempo é curto para tratar
393 29 projetos numa reunião. Que acha importante esta participação do Comitê, que é uma sugestão
394 visando um maior engajamento do time. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar)
395 complementou dizendo que, depois que passar o dia 3, que todos vão ter protocolado as
396 complementações e a primeira avaliação da Sra. Luana, sugeriu a separação por PDC por Câmara
397 Técnica. O que for recomposição e melhoria de bacia vai para Câmara de Proteção das Águas; o
398 que for saneamento vai para Câmara de Saneamento; o que for estudo e gestão, vai para a Câmara
399 de Planejamento, e o que for educação ambiental, vai para a Câmara de Educação Ambiental, e
400 assim cada um faz essa vistoria. No dia que a Sra. Luana for apresentar as complementações já
401 tem pelo menos a vista de parte das pessoas. Sra. Cecilia de Barros Aranha (FABH-SMT) sugeriu
402 elaborar e encaminhar um calendário para o prazo de análise. A sra. Laura Stela Naliato Perez
403 (SEMIL) questionou se a fase de complementação vem agora, entende-se que essa avaliação
404 complementar tinha que acontecer antes de encaminhar a complementação, pois podem surgir
405 dúvidas depois que foi feita a complementação, aí já passou a possibilidade da pessoa
406 complementar. Daí neste caso, não tem mais possibilidades de apresentar dúvida pois a fase de
407 complementação já passou. Mencionou que tinha que fazer isso antes de encaminhar as
408 complementações para os tomadores. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (CBH-SMT)

409 pontuou dizendo que a complementação é mais documental, falta de informação. A sra. Natália
 410 Zanetti (FABH SMT) esclareceu que, são previstos dois pareceres, que tem do dia 10/02 até 03/03
 411 para às adequações, e serão analisadas as complementações até 17/03. Ci tou que existe uma fase
 412 final para apresentar alguma adequação que tenha sido feita, apontada no segundo parecer, mas
 413 são muito pontuais, são dois pareceres somente. Inserir uma dinâmica nesse prazo acaba
 414 diminuindo o tempo de complementação do tomador, se ele tiver que esperar uma análise da
 415 Câmara Técnica diferente do está sendo feito agora, pois quando a deliberação foi feita a previsão
 416 era que essa análise conjunta fosse feita justamente agora, neste momento. Então, a intenção é de
 417 ler os pareceres, de apresentar os projetos, para que as contribuições fossem feitas neste momento.
 418 A ideia era fazer essa troca nesta reunião, pois acaba comprometendo o processo, pois não foi
 419 prevista essa nova dinâmica. A sra. Cecilia de Barros Aranha (FABH-SMT) mencionou que a
 420 Sra. Laura colocou muito bem, que esse processo tinha que ser antes. Sugeriu que fosse colocada
 421 na próxima deliberação do ano que vem, a questão de estabelecer esse cronograma pontuando
 422 essas análises pelas CTs, mas que nesse momento não dará tempo. A sra. Natália Zanetti (FABH
 423 SMT) pontuou que o tempo para análise é cada vez menor, para ter uma ideia, o MPO sofreu
 424 várias alterações em outubro, ele define uma data para indicação dos empreendimentos em
 425 primeira chamada pelos Comitês, que é de 31 de maio. A segunda chamada vai acontecer até 15
 426 de setembro. Citou que, ano passado foi indicado no dia 9 de setembro, e ainda assim com
 427 cronograma apertado. E sempre se tenta juntar muitas fases, contemplar um período maior
 428 possível para os tomadores enviarem complementação, e o tempo de análise é diminuído ao
 429 máximo. A empresa sente essa dificuldade, o prazo é curto, para se ter um tempo maior possível
 430 para os tomadores fazerem adequações. Pontuado que é seguido um cronograma do Estado, por
 431 isso há essa limitação. Destacou que mudar a dinâmica agora vai dar um trabalho extra. A questão
 432 da disponibilidade da Sra. Luana de fazer uma retirada de dados sensíveis, também não é simples,
 433 o volume de documentos é grande. A sra. Eleusa Maria da Silva (OAB Votorantim) citou que
 434 dentro da pontuação da Natália, acredita que na próxima reunião a Sra. Luana terá que fazer
 435 mesmo a apresentação bem exaurida. Mas para a próxima deliberação o GT Critérios estabelecer
 436 essa modulação através das Câmaras Técnicas. O sr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar)
 437 sugeriu deixar essa mudança de procedimento para o próximo ano, e talvez fazer presencial pois
 438 facilita a discussão. A próxima reunião para discutir esse assunto terá pauta única, e será
 439 disponibilizado os pareceres, que será o segundo parecer da empresa, para os membros lerem
 440 antes antes da reunião. Sugeriu fazer essa vista não oficial antes da próxima reunião da CT-
 441 PLAGRHI, que deve ser em abril. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. André
 442 Cordeiro Alves dos Santos, Vice-Presidente do CBH-SMT e representante da UFSCar Sorocaba
 443 agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a 106ª Reunião Ordinária da CT-
 444 PLAGRHI.

445
 446
 447

Entidade	Representante	Segmento
Ana Carolina Dias de Moraes	Prefeitura de Porto Feliz	Município
André Cordeiro Alves dos Santos	UFSCar	Sociedade Civil
Alan Teixeira da Silva	Prefeitura de Sorocaba SEMA	Município
Anna Paula Leoni Goes	FABH-SMT	Sociedade Civil
Bruno Talon	Senna Meio Ambiente e Infraestrutura	Sociedade Civil



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

Cecilia de Barros Aranha	FABH SMT	Sociedade Civil
Eleusa Maria da Silva	OAB Votorantim	Sociedade Civil
Eliane castro	águas de votorantim SA	Sociedade Civil
Felipe Godinho	Constal S/A	Sociedade Civil
Felipe Gustavo Pascutti	Secretaria de Agric. Abast. e Meio Ambiente de Cerquilha	Município
Gerson Salviano de Almeida Filho	IMPERCEPTÍVEL	Estado
Gustavo Interlick Mancio de Camargo	SAAE Porto Feliz	Município
Jodhi Allonso	DAEE	Estado
José Gustavo Quagliato Pereira	CATI SAA	Estado
Júlia Nogueira Gomes	FABH-SMT	Sociedade Civil
Julio César Jacometto	Sabesp	Estado
Laura Stela Naliato Perez	SEMIL - Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística	Estado
Leticia Mei	Águas de Araçoiaba	Município
Marcelo Pereira do Nascimento	Associação Escola e Cultura em Foco	Sociedade Civil
Marcia Christina Amaral Serra	ACRTS- FACENS	Sociedade Civil
Marcos Vinícius de Souza Damy	CONSTAL S/A	Sociedade Civil
Marcio Antonio Martins	EMAE	Estado
Michel Zangeronimo	CONSTAL S/A	Sociedade Civil
Natália Zanetti	FABH-SMT	Sociedade Civil
Paola Rodrigues Samora	IPESA	Sociedade Civil
Rodrigo Alves Penteado	SAAE Salto	Município
Rosângela Aparecida César	CETESB	Estado
Solange Guerra Bueno	SEESP	Estado
Waldnir Gomes Moreira	Fundação Florestal	Estado



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

André Cordeiro Alves dos Santos Coordenador da CT-PLAGRHI	Rosângela Aparecida César Coordenadora adjunta da CT-PLAGRHI
---	--

448